



Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2019



Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências humanas [recurso eletrônico] : características práticas, teóricas e subjetivas / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências humanas: características práticas, teóricas e subjetivas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-884-7 DOI 10.22533/at.ed.847192312 1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Thamires Nayara Sousa de. III. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ciências Humanas: características práticas, teóricas e subjetivas – Vol. I, coletânea de vinte e oito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Humanidades.

As colaborações aqui congregadas abordam contribuições que dialogam com a vasta área das Humanidades. Assim, sendo, optamos por promover um recorte primeiro a partir de dois grandes eixos: o primeiro é a educação, o segundo é o exercício das práticas religiosas e sua interação sagrado e profano.

Realizada essa observação, propomos aos leitores um exercício de diálogo com os capítulos que compõem a presente obra. Temos, inicialmente, a abordagem sobre a educação na realidade mexicana. De imediato, e sequenciado, a legislação pátria para o tema da educação é recordada, bem como as políticas públicas oportunas. Em movimento sequenciado, há textos que versam sobre administração escolar, metodologias da aprendizagem, processo educativo, aprendizagem por meio de jogos didáticos, práxis docente, desenvolvimento infantil, educação ambiental, educação infantil, a inclusão de crianças indígenas em ambiente escolar não indígena, livro didático, sequência didática, formação humana, saúde e formação acadêmica, formação docente na realidade de sujeitos surdos, estágio supervisionado e o papel da monitoria.

Alcançando o segundo momento, temos a busca pelo diálogo inter-religioso, a devoção e a realidade vivenciada em São Gonçalo do Amarante, além da festa e religiosidade em Maringá.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LA OTRA EDUCACIÓN: EDUCAÇÃO E AUTONOMIA NO TERRITÓRIO ZAPATISTA EM CHIAPAS, MÉXICO	
Aiano Bemfica Mineiro	
DOI 10.22533/at.ed.8471923121	
CAPÍTULO 2	14
REFRAÇÃO POLÍTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: O INÍCIO DE UMA LONGA DISCUSSÃO	
Pablo Silva Machado Bispo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8471923122	
CAPÍTULO 3	23
CONTRA-REFORMA NO ESTADO: OS DESAFIOS NA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	
Ana Paula Oliveira Silva de Fernández	
Ana Paula Nunes	
Daniela Elis Dondossola	
Pedro Henrique Giroto Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8471923123	
CAPÍTULO 4	32
METODOLOGIAS ATIVAS X METODOLOGIAS TRADICIONAIS: IMPORTÂNCIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	
Samuel Alves da Silva	
Beatriz Paiva Rocha	
Claísa Andréa Freitas Rabelo	
Ashley Brito Valentim	
Chrisley de Lima Rocha	
Mateus Barbosa Tavares	
Renata Carmo de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.8471923124	
CAPÍTULO 5	38
MAPEANDO OS FATORES MOTIVACIONAIS QUE INFLUENCIAM NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: CINCO CATEGORIAS PARA REFLETIR SOBRE O PROCESSO EDUCATIVO	
Ivana Caldeira Siqueira	
Rafael Montoito Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.8471923125	
CAPÍTULO 6	60
AValiação DA MOTIVAÇÃO PARA APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS NO SMARTPHONE PARA O ENSINO DE QUÍMICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Janine Heckler da Cunha	
Fernando Junges	
DOI 10.22533/at.ed.8471923126	

CAPÍTULO 7	69
ALIENAÇÃO E A PRÁXIS DOCENTE: ANÁLISES A PARTIR DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Thayná Costa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.8471923127	
CAPÍTULO 8	75
DESENVOLVIMENTO INFANTIL, PSICOMOTRICIDADE E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Silvia Helena de Amorim Martins	
Ana Luísa Leite Lima	
Francisca Bertilia Chaves Costa	
Sabrina Serra Matos	
Luiza Valeska de Mesquita Martins	
Ana Maria Fontenelle Catrib	
DOI 10.22533/at.ed.8471923128	
CAPÍTULO 9	83
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OFICINA DE REGADORES RECICLÁVEIS COM ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Karine Kévine da Rocha Sousa	
Cláudia Jane Pinto Gomes	
Robson Rabelo Rangel	
Karyna Régia Teles Alves	
DOI 10.22533/at.ed.8471923129	
CAPÍTULO 10	88
A PSICOMOTRICIDADE COMO UMA AÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Benjamim Machado de Oliveira Neto	
DOI 10.22533/at.ed.84719231210	
CAPÍTULO 11	96
EXPERIÊNCIA COM ARTE: APRENDIZAGEM DIALÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Andréia Oliveira Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.84719231211	
CAPÍTULO 12	109
A INSERÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS EM UM CONTEXTO ESCOLAR NÃO INDÍGENA	
Clotildes Martins Moraes	
Antonio Dari Ramos	
Maristela Aquino Insfram	
Cajetano Vera	
Obonyo Meireles Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.84719231212	

CAPÍTULO 13 120

UM RETRATO DO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA NOÇÃO DE 'ESTRUTURA DE SENTIMENTO' DE RAYMOND WILLIAMS

Nádia Narcisa de Brito Santos
Isáide Bandeira da Silva
José Petrucio de Farias Júnior

DOI 10.22533/at.ed.84719231213

CAPÍTULO 14 133

SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA AS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Simone Vilhalva Dering
Maikel da Silva Ferreira Luiz
Antonio Sales

DOI 10.22533/at.ed.84719231214

CAPÍTULO 15 150

A FORMAÇÃO HUMANA E PROFISSIONAL: UM OLHAR A PARTIR DE FOUCAULT SOBRE AS UNIVERSIDADES CORPORATIVAS DO SÉCULO XXI

Luiz Alberto Borcsik
Carlos Roberto da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.84719231215

CAPÍTULO 16 163

BASES FILOSÓFICAS DAS PSICOLOGIAS HUMANISTAS, FENOMENOLÓGICAS E EXISTENCIALISTAS: A IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DE PSICOTERAPEUTAS INICIANTE

Milena Pinheiro Duarte
Mayara Rocha Coelho
Layza Castelo Branco Mendes

DOI 10.22533/at.ed.84719231216

CAPÍTULO 17 175

FORMAÇÃO ACADÊMICA E SAÚDE MENTAL: PANORAMA DOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Milena Pinheiro Duarte
Layza Castelo Branco Mendes

DOI 10.22533/at.ed.84719231217

CAPÍTULO 18 185

O SENTIDO DE VIDA E A EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE DE PACIENTES ONCOLÓGICOS

Noely Cibeli dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.84719231218

CAPÍTULO 19 194

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: REFLEXÕES INICIAIS

Claudeth da Silva Lemos

Daniele Cariolano da Silva
Francisco Tiago Ribeiro Silva
Maria Wesla Nogueira da Silva
Suziane Cristina da Silva Ferreira
Venícius de Sousa Lima

DOI 10.22533/at.ed.84719231219

CAPÍTULO 20 200

EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: PERCEPÇÕES E REFLEXÕES DISCENTES

Claudeth da Silva Lemos
Daniele Cariolano da Silva
Francisco Tiago Ribeiro Silva
Maria Wesla Nogueira da Silva
Suziane Cristina da Silva Ferreira
Venícius de Sousa Lima

DOI 10.22533/at.ed.84719231220

CAPÍTULO 21 205

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

André Leandro dos Santos Pereira
Michelline da Silva Nogueira
Maria socorro Lucena Lima

DOI 10.22533/at.ed.84719231221

CAPÍTULO 22 215

MONITORIA EM DIDÁTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DOCENTE

Eliane Rodrigues Martins
Maria Evilene da Silva
Geandra Claudia Silva Santos

DOI 10.22533/at.ed.84719231222

CAPÍTULO 23 224

A EXPERIÊNCIA DA MONITORIA COMO ESPAÇO FORMATIVO

Laíssa Mulato Moreira Lima
Tânia Maria de Sousa França

DOI 10.22533/at.ed.84719231223

CAPÍTULO 24 230

OS MISSIONEIROS: ARTE, PATRIMÔNIO E (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE REGIONAL

Rodrigo Miguel de Souza

DOI 10.22533/at.ed.84719231224

CAPÍTULO 25 243

O RITO *REAHU* (FESTA) DO POVO CUJO TERRA NÃO RECEBE SEUS MORTOS; RECINTO DE DIALOGO INTER-RELIGIOSO

Mary Agnes Njeri Mwangi

DOI 10.22533/at.ed.84719231225

CAPÍTULO 26	251
O SAGRADO E O PROFANO NA DEVOÇÃO E DANÇA A SÃO GONÇALO DE AMARANTE	
Joana Paula Silva Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.84719231226	
CAPÍTULO 27	265
FESTA E RELIGIOSIDADE: REFLEXÕES ACERCA DO HALLEL (MARINGÁ-PR, 1995-2018)	
Mariane Rosa Emerenciano da Silva Vanda Fortuna Serafim	
DOI 10.22533/at.ed.84719231227	
CAPÍTULO 28	278
GESTÃO DA UNIDADE DE INFORMAÇÃO: PROCESSOS DE OBRA PARTICULARES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ALENTEJO	
Paulo Batista	
DOI 10.22533/at.ed.84719231228	
SOBRE OS ORGANIZADORES	288
ÍNDICE REMISSIVO	289

A GESTÃO DA UNIDADE DE INFORMAÇÃO PROCESSOS DE OBRA PARTICULARES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ALENTEJO

Paulo Batista

CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Portugal, pjmb@uevora.pt

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e PT2020, no âmbito do projeto UID/HIS/00057 – POCI-01-0145-FEDER-007702.

RESUMO: No âmbito da gestão da informação dos municípios portugueses a unidade informacional processos de obra particulares assume grande significado, em resultado de constituir a mais produzida pelos respetivos serviços e procurada pelos clientes destes arquivos. Com base num questionário enviado em 2016-2017 aos 308 municípios portugueses, relativo à gestão da unidade de informação processos de obra particulares, Alcançou-se uma taxa de resposta de 37.93% na Região do Alentejo. Desta forma, divulgam-se e analisam-se os resultados obtidos nos municípios alentejanos, no que concerne à gestão da unidade de informação processos de obra particulares, desde a sua produção, e mesmo antes, até à sua comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Municípios da Região

1 O reconhecimento ao Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, responsável pelo mestrado em Ciências da Documentação e Informação, da Universidade de Lisboa, pelo auxílio na produção do questionário enviado aos municípios portugueses, no contexto da tese de doutoramento *La serie documental "expedientes de obra particulares" del*

do Alentejo, arquivos municipais, gestão da informação, processos de obra particulares

INTRODUÇÃO

Tendo por objeto de estudo um conjunto de indicadores estruturantes relativo aos processos de obra particulares nos municípios da Região do Alentejo, apresenta-se o correspondente modelo de gestão em vigor.

Procura-se concorrer para a interpretação dos sistemas e técnicas desta unidade de informação nos supramencionados municípios, com a finalidade de estabelecer a realidade vigente no seu ciclo de vida. Deste modo, contribui-se para potenciar os serviços disponibilizados, no domínio da modernização administrativa e da gestão da qualidade, eixos fundamentais do direito de acesso à informação dos cidadãos.

MÉTODO

Em termos de técnicas de recolha de dados e instrumentos de pesquisa, a investigação aplicada baseia-se no questionário¹ a responsáveis de arquivos

municipais, ou técnicos a quem foi delegada essa responsabilidade, dos supraditos municípios, seguido da análise crítica dos respetivos resultados. Finalmente destacam-se e interpretam-se, a partir de uma análise comparativa, os elementos recolhidos com o objetivo de compreender a gestão da referida unidade de informação nos municípios da Região do Alentejo.

ENQUADRAMENTO

Considerando as NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos), que, baseando-se em critérios geográficos, populacionais e administrativos, classificam o território nacional em três regiões (NUTS I, NUTS II e NUTS III²), tomou-se como universo de estudo o nível NUTS III, em que as Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal equivalem a grupos de municípios adjacentes.

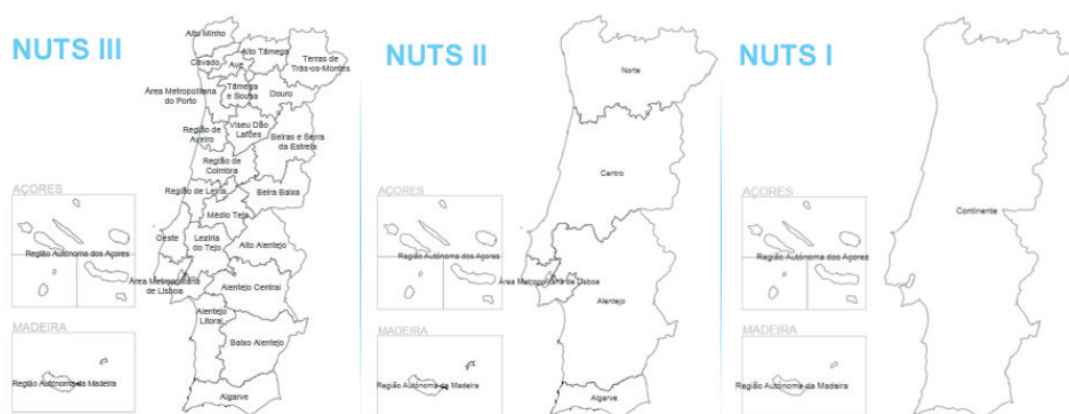


Figura 1: Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos

(Fonte: PORDATA (2018))³

Por conseguinte, a Região do Alentejo é constituída pelas unidades territoriais do Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo, num total de 58 municípios⁴.

municipio de Lisboa: Análisis de su sistema de gestión, apresentada à Universidad de Alcalá, em 2017, de que este *short paper* e a respetiva apresentação no 3.º Encontro BAD ao Sul resultam.

2 DECRETO-LEI n.º 244/2002. *D.R. I Série*, 255 (2002-11-05) 7101-7103. Esta legislação deve ser entendida no quadro do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, com vista ao estabelecimento de uma nomenclatura comum das NUTS.

3 PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo – O que são NUTS? [Em linha]. [Consult. 3 Jun. 2018]. Disponível na Internet: <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>.

4 O NUTS II do Alentejo é composto pelas seguintes 5 sub-regiões: Alto Alentejo Litoral (municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel), Alentejo Central (municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa), Alentejo Litoral (municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines), Baixo Alentejo (municípios de Aljustrel, Almodôvar, Alvíto, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira) e Lezíria do Tejo (municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém).

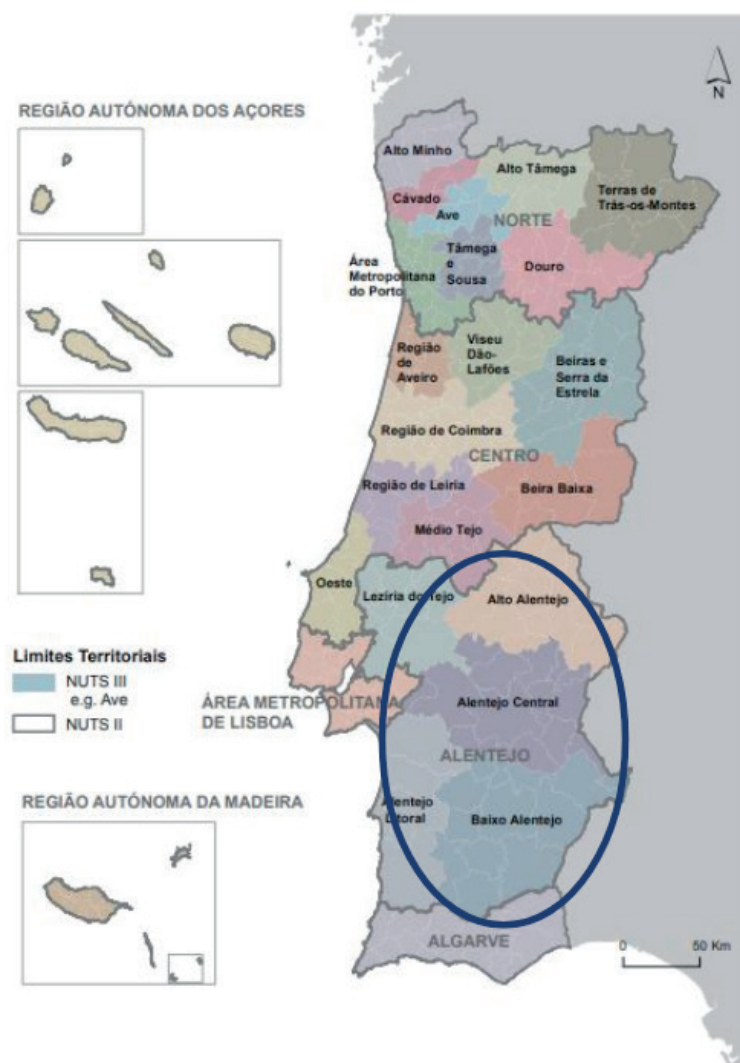


Figura 2: Limites das Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
(Fonte: INE (2015))⁵

PRINCIPAIS RESULTADOS

Entre uma vasta lista de indicadores analisados, destacam-se os seguintes:

1) Tipo de participação no questionário:

Considerando os 58 municípios da Região do Alentejo, 20 responderam positivamente ao questionário enviado, representando 35% da pesquisa considerada. No sentido contrário, dois municípios (3%) fizeram-no negativamente, fundamentando esse impedimento. Por último, 36 municípios (56%) não responderam ao questionário.

2) Transferência da informação de obras para os arquivos municipais:

Com intervalos de tempo diferenciados, 60% dos municípios transferem a sua informação de obras para os respetivos arquivos, sendo que os restantes 40% não o fazem.

⁵ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *NUTS 2013: As novas unidades territoriais para fins estatísticos*. INE: Lisboa, 2015, p. 5.

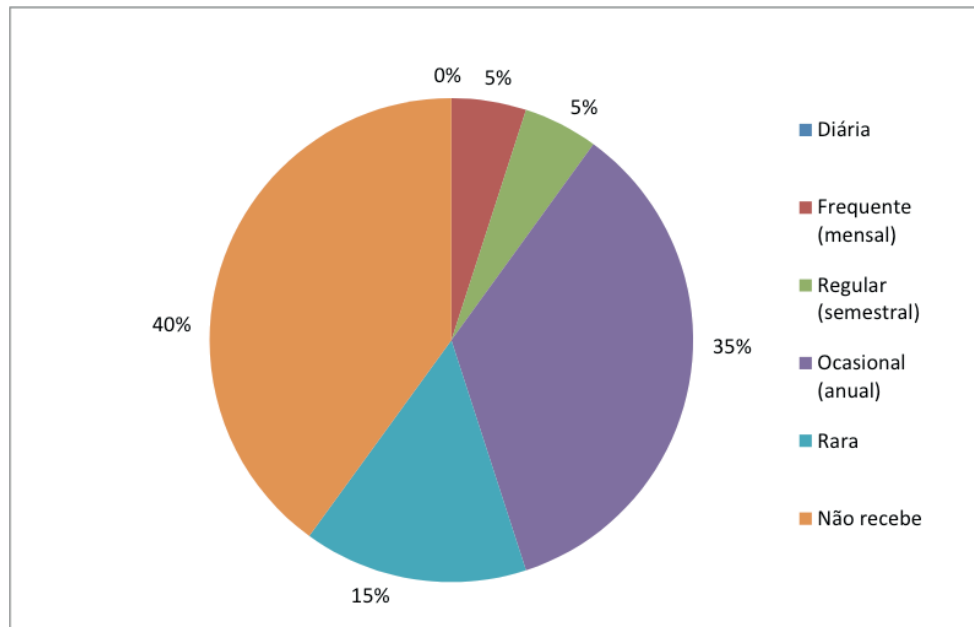


Figura 3: Transferência da informação de obras para os arquivos municipais

3) Recepção da informação de obras:

Em 80% dos municípios as tarefas de recepção da informação de obras encontram-se centralizadas no serviço administrativo, que depois as distribui, e em 20% descentralizadas por unidade orgânica.

4) Localização da informação de obras em fase corrente:

No que respeita à localização da informação de obras em fase corrente, salientam-se os 55% das respostas obtidas, segundo o qual esta unidade encontra-se centralizada no serviço administrativo, e os 30% que indicam que a mesma se encontra no Arquivo de Obras.

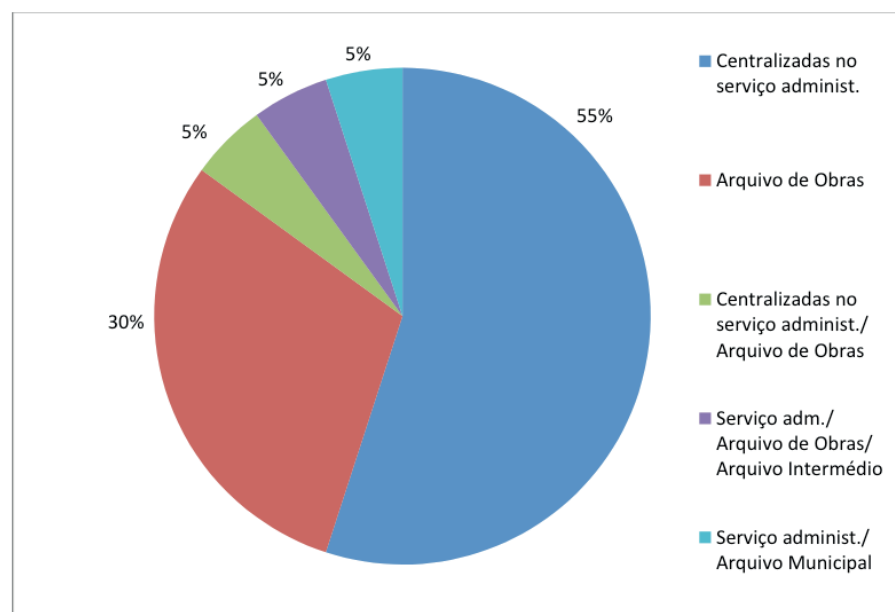


Figura 4: Localização da informação de obras em fase corrente

5) Gestão da informação de obras:

Em 65% dos municípios a gestão da informação de obras é simultaneamente desenvolvida de modo digital e manual, em 20% é efetuada exclusivamente de forma digital e em 15% manualmente.

6) Avaliação da informação de obras em suporte digital:

Quanto à avaliação da informação de obras em suporte digital, esta é feita em 55% dos municípios, não se verificando esse procedimento nos restantes 45%.

7) Forma de estabelecimento da política de gestão da informação de obras:

Nesta questão é de destacar os 35% dos resultados que vinculam a política de gestão da informação de obras (recebida, produzida e expedida) às orientações da gestão de topo, os 25% em que a mesma é determinada a partir das propostas dos serviços produtores de informação e os 15% que remetem para o Manual de Procedimentos.

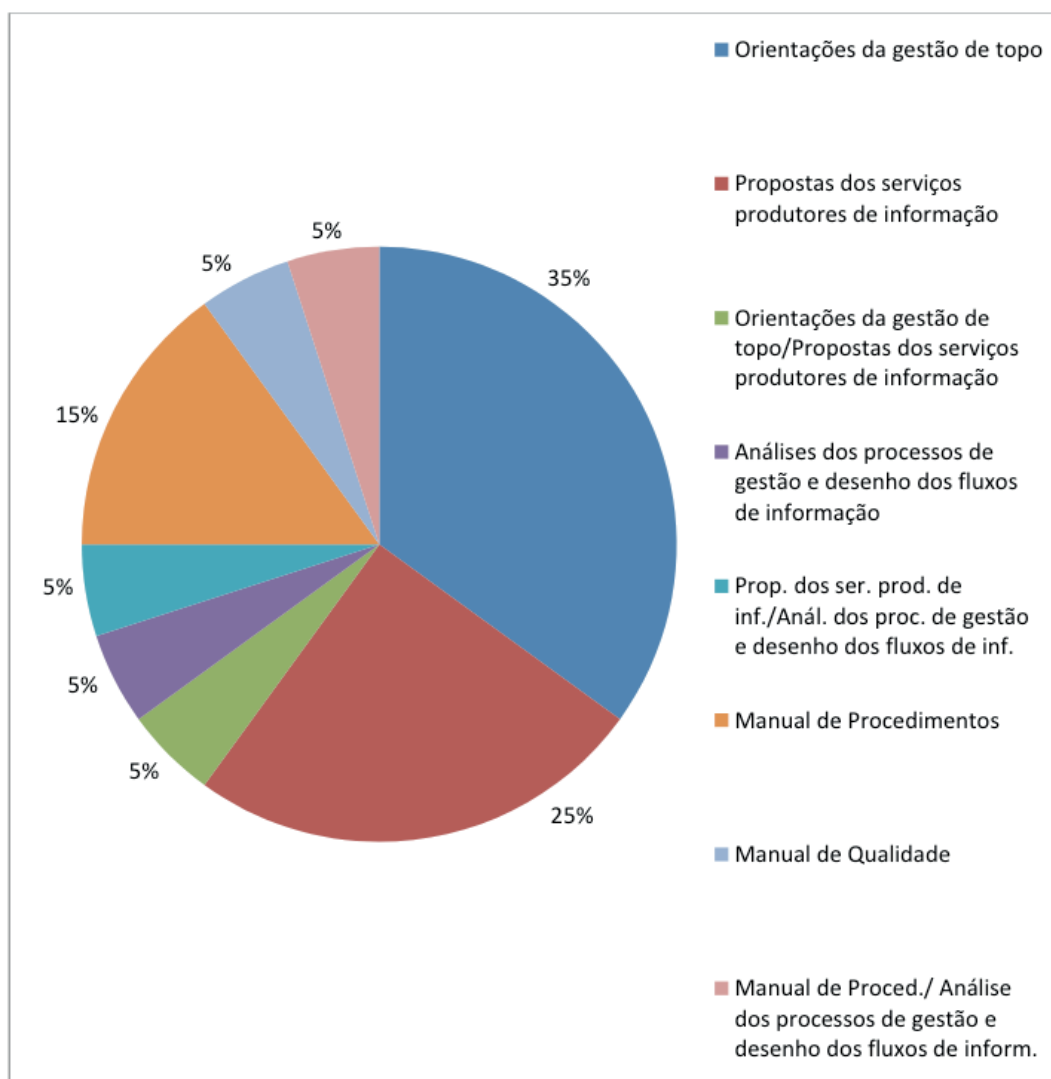


Figura 5: Forma de estabelecimento da política de gestão da informação de obras

8) Existência de um Arquivo de Obras e sua abertura ao público:

Em 60% dos municípios existe um Arquivo de Obras, contudo apenas 25% destes se encontram abertos ao público.

9) Número de colaboradores a desenvolver funções no Arquivo de Obras:

Nos arquivos de obras dos municípios da Região do Alentejo trabalham 20 colaboradores. Por seu lado, nos municípios onde não existe um Arquivo de Obras encontram-se 12 trabalhadores afetos a esta informação. Por conseguinte, 32 colaboradores dos supracitados municípios desenvolvem a sua atividade laboral em relação direta com a unidade de informação processos de obra particulares.

10) Responsabilidade da política de tratamento dos processos de obra particulares:

Em 94% dos municípios a política de tratamento da unidade informacional processos de obra particulares cabe ao serviço instrutor (Serviço de Obras: Urbanismo). Por sua vez, em 6% dos municípios esta atribuição é repartida entre o serviço instrutor e o arquivo municipal.

11) Critério de organização dos processos de obra particulares:

Em 70% dos municípios a unidade de informação processos de obra particulares é organizada de forma numérica, em 15% por ordem alfanumérica/territorial e nos restantes 15%, em igual percentagem de 5%, pelo sistema alfanumérico, territorial e ano/número do processo de obra particular.

12) Unidade orgânica em que os processos de obra particulares acumulados se encontram dependentes:

Em 90% dos municípios a unidade informacional processos de obra particulares acumulados encontra-se na dependência hierárquica do Serviço de Obras, que, entre outras designações, engloba: Serviço de Licenciamento de Obras Particulares; Secção de Obras Particulares, Divisão de Obras Particulares e Loteamentos; Divisão de Obras e Urbanismo; Divisão de Urbanismo; Divisão de Planeamento e Administração Urbanísticas; Divisão de Gestão de Licenciamento Territorial; e o Departamento de Obras. Em 5% a mesma situação verifica-se em relação à Divisão Administrativa e Financeira, sendo que na mesma percentagem dos municípios os processos de obra particulares são tutelados organicamente pelo Arquivo Municipal.

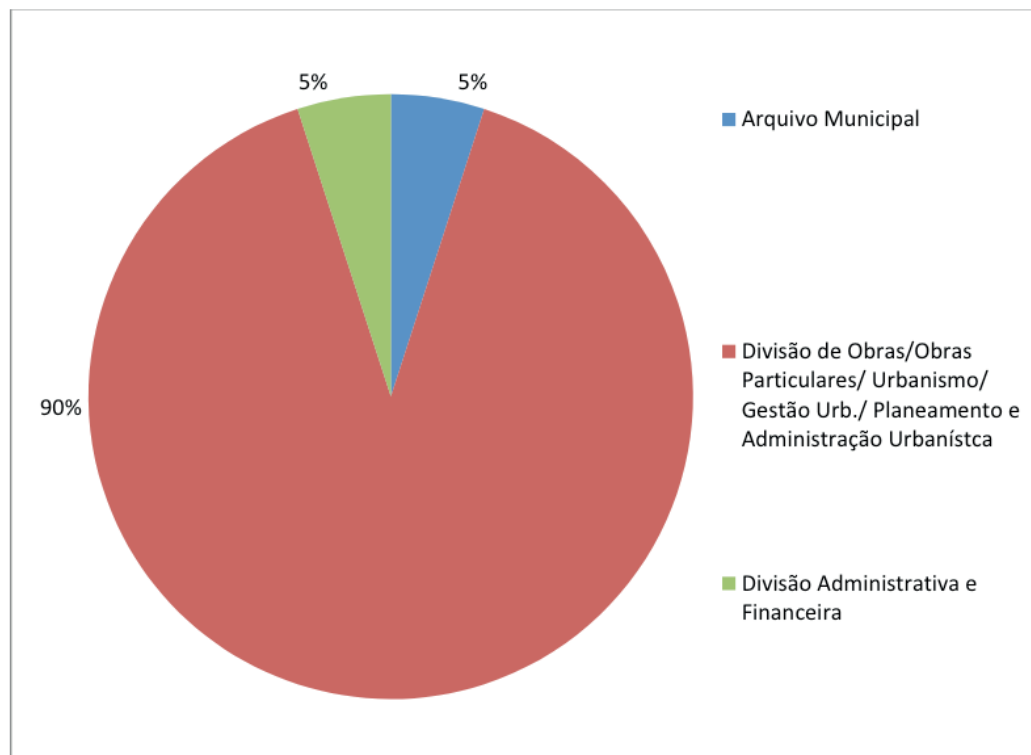


Figura 6: Unidade orgânica em que os processos de obra particulares acumulados se encontram dependentes

13) Destino final dos processos não licenciados ou que tendo sido licenciados o prazo de levantamento tenha expirado:

Em 95% dos municípios o destino final dos processos não licenciados ou que o tendo sido a data de levantamento tenha prescrito é o arquivamento. Em 5% dos municípios verifica-se o seguinte procedimento com estes processos: “Não licenciados: são guardados como indeferidos. Licenciados: a cópia do requerente é destruída após nova notificação e novo não levantamento.”

14) Organização dos processos de obra particulares:

Em 50% dos municípios todos os processos (licenciamento da obra, publicidade, utilização comercial, etc.) estão agregados do ponto de vista físico, cada qual afirmando-se como um processo autónomo, diferenciado dos restantes, que integram o respetivo processo de obra particular, ou seja, reúnem toda a informação referente ao mesmo imóvel, tendo por base a morada. Nos outros 50% verifica-se o que o modelo de organização desta unidade informacional não obedece a essa agregação física de todos os processos que o integram, já que estes estão separados, por vezes, inclusive, em edifícios distintos.

15) Digitalização dos processos de obra particulares:

Em 65% dos municípios é realizada a transferência de suporte desta unidade informacional, nomeadamente a sua digitalização, diversamente dos 35% em que tal

não se verifica.

16) *Software* utilizado para a digitalização dos processos de obra particulares:

O *software* mais usado na transferência de suporte da unidade de informação processos de obra particulares é o SPO (Sistema de Processo de Obras), da AIRC (Associação de Informática da Região Centro), que possui entre os vastos clientes da Administração Pública e das empresas estatais 152 municípios (49.35% do total), com 75%, secundado pela utilização simultânea desta aplicação e do X-arq, com 10%.

17) Higienização sistemática da informação de obras:

Embora com regularidades de tempo distintas, em 75% dos municípios procede-se à higienização sistemática dos processos de obra particulares, embora tal se verifique de forma frequente em apenas 5% dos mesmos. Em oposição, em 25% dos municípios isso não se verifica.

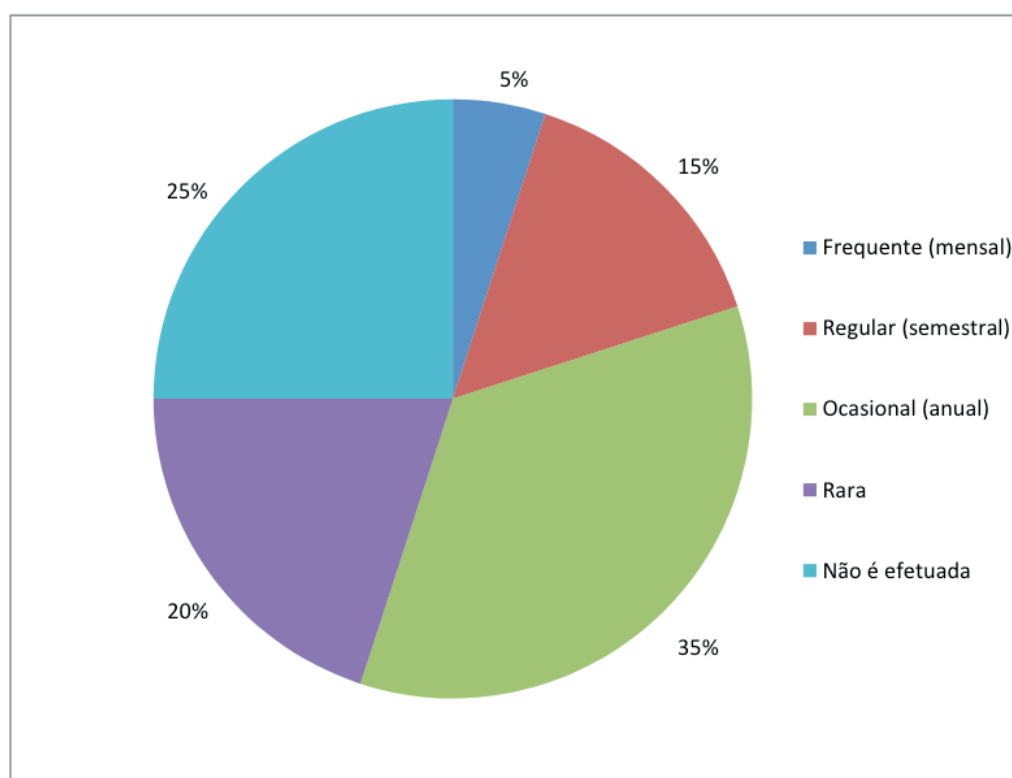


Figura 7: Higienização sistemática da informação de obras

18) Controlo ambiental dos depósitos da unidade informacional processos de obra particulares:

Procede-se ao controlo ambiental dos processos de obra particulares em somente 35% dos municípios, ao contrário do que sucede nos restantes 65% dos mesmos.

19) Níveis de temperatura, humidade relativa, luminosidade e raios ultravioleta registados nas diferentes áreas (sala de leitura, sala de trabalho e depósitos) da unidade de informação processos de obra particulares dos arquivos municipais:

A temperatura e a humidade relativa são controladas, ao nível das salas de leitura, salas de trabalho e depósitos, em dois arquivos municipais, ao passo que a luminosidade e os raios ultravioletas, nos mesmos espaços, apenas são objeto de medição num destes serviços de informação.

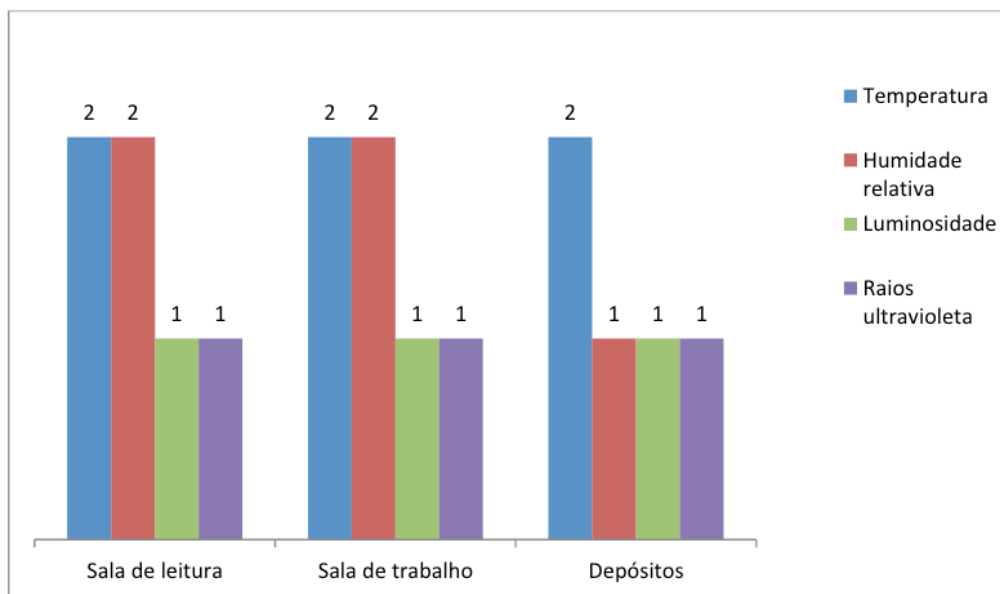


Figura 8: Níveis de temperatura, humidade relativa, luminosidade e raios ultravioleta registados nas diferentes áreas da unidade de informação processos de obra particulares dos arquivos municipais

CONCLUSÕES

Conclui-se que os municípios da Região do Alentejo transferem maioritariamente a informação de obras para os seus arquivos, sobretudo de forma ocasional. Por outro lado, as tarefas de receção desta informação encontram-se predominantemente centralizadas no serviço administrativo de cada município, tal como acontece com a informação de obras em fase corrente, aqui com valores muito próximos ao do Arquivo de Obras.

No conjunto, em mais de metade dos resultados apurados, a política de gestão da unidade informacional processos de obra particulares é estabelecida a partir das propostas dos serviços produtores de informação, mas sobretudo com base nas orientações da gestão de topo. Na quase totalidade destes municípios a política de tratamento da referida unidade informacional é responsabilidade do serviço instrutor (Serviço de Obras: Urbanismo). Por sua vez, também quase integralmente, os processos de obra particulares acumulados estão na dependência da Divisão de Obras, designação que engloba outras muito próximas, com o mesmo significado.

No que concerne às metodologias mais utilizadas para a organização dos processos de obra particulares, metade dos municípios fá-lo através de um único processo para fins distintos e a outra metade mediante processos distintos para cada fim, de acordo com o critério numérico. O destino final, de forma quase absoluta, dos processos não licenciados, ou que tendo sido licenciados o prazo de levantamento tenha terminado, é o arquivamento.

Constata-se que a maioria dos municípios da Região do Alentejo que responderam ao questionário possui um Arquivo de Obras, contudo 3/4 destes encontram-se fechados ao público, situação que urge modificar. Por outro lado, no conjunto destes arquivos de obras encontra-se um número reduzido de colaboradores, o que pode contribuir para explicar o seu encerramento aos utilizadores.

Recomenda-se, igualmente, uma maior aposta na digitalização desta unidade de informação, área em que o *software* SPO, da AIRC, detém uma posição hegemónica.

De igual modo, aconselha-se um acréscimo do investimento na gestão da informação de obras em ambiente digital, cuja implementação tem reflexos evidentes na avaliação desta unidade informacional, no referido suporte, em pouco mais de metade dos municípios que responderam positivamente a este questionário.

Em derradeira reflexão, pese o número significativo de municípios da Região do Alentejo que procedem à higienização sistemática dos processos de obras particulares, é premente investir na sua conservação, mormente no tocante ao controlo ambiental (temperatura, humidade relativa, luminosidade e raios ultravioleta, particularmente nestes dois últimos indicadores), nos diferentes espaços (sala de leitura, sala de trabalho e depósito) onde está acondicionada.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Paulo – *La serie documental “expedientes de obra particulares” del municipio de Lisboa: Análisis de su sistema de gestión*. Alcalá: [s.n.], 2017. Tese de doutoramento em Documentación, apresentada à Universidad de Alcalá.

BATISTA, Paulo; VIEGAS, Inês – A digitalização dos processos de obra particulares no Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. II Série Nº 3 (jan. - jun. 2015), pp. 265-285.

DECRETO-LEI nº 244/2002. *D.R. I-A Série*, 255 (2002-11-05) 7101-7103.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *NUTS 2013: As novas unidades territoriais para fins estatísticos*. INE: Lisboa, 2015.

PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo – O que são NUTS? [Em linha]. [Consult. 3 Jun. 2018]. Disponível na Internet: <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>.

Regulamento (CE) nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos - Mestra em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Licenciada em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2018). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2016). É Professora de Literatura no Ensino Fundamental do Colégio Externato Santa Dorotéia, João Pessoa. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direitos humanos, direitos sociais, direitos das minorias), Literatura (literatura e sociedade, literatura e cultura, literatura e história, estudos pós-coloniais, guerra de independência, literatura portuguesa, literaturas africanas de língua portuguesa), Linguística (ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Vinculada a grupo de pesquisa devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0003-1179-999X. E-mail: <thamiresvasconcelos.adv@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 48, 49, 53, 55, 58, 63, 73, 85, 96, 98, 107, 115, 140, 148, 182, 183, 204, 220, 221, 226, 229

Avaliação 9, 34, 35, 36, 49, 50, 55, 60, 64, 82, 83, 86, 98, 116, 117, 125, 131, 176, 183, 213, 216, 220, 221, 226, 247, 282, 287

C

Ciências humanas 1, 22, 58, 74, 109, 162, 168, 244, 250, 276

E

Educação 1, 2, 3, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 131, 133, 136, 137, 139, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 211, 213, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 229, 251, 288

Educação ambiental 83, 84, 87

Educação bilíngue 194, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204

Educação infantil 75, 77, 78, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 107, 108, 119, 220

Educação profissional 69, 72, 73, 154

Ensino fundamental 60, 63, 75, 77, 78, 109, 111, 112, 133, 134, 135, 142, 149, 207, 220, 288

Estado 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 42, 44, 70, 71, 75, 106, 124, 126, 130, 131, 143, 146, 176, 181, 198, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 243, 244, 254, 267, 276, 288

Estágio supervisionado 83, 84, 205, 206, 207, 208, 212, 213, 214

F

Formação 9, 15, 18, 29, 31, 41, 42, 43, 57, 62, 69, 77, 81, 82, 83, 84, 87, 97, 98, 107, 108, 114, 122, 123, 129, 130, 135, 136, 137, 143, 148, 150, 151, 152, 153, 156, 159, 160, 163, 164, 166, 171, 173, 174, 175, 176, 180, 182, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 241, 250, 251, 253, 260, 262, 270, 288

Formação docente 69, 83, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 213, 215, 218, 223, 224

I

Identidade regional 230, 231, 241, 242

Indígena 4, 5, 6, 7, 11, 12, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 259

J

Jogos 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 92, 94, 112

L

Legislação 14, 17, 115, 194, 197, 279

Livro didático 116, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135

M

Metodologias 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 69, 112, 116, 117, 118, 136, 140, 216, 287

Monitoria 33, 34, 36, 37, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229

P

Políticas públicas 12, 14, 15, 27, 29, 78, 147, 196, 288

Prática 4, 7, 8, 17, 18, 25, 35, 60, 70, 75, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 107, 114, 115, 134, 139, 140, 144, 149, 152, 155, 156, 157, 158, 163, 165, 168, 169, 171, 177, 179, 197, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 242, 259, 262, 271, 288

Processo ensino-aprendizagem 32, 218

Profano 251, 255, 257, 261, 262, 263, 275, 276

R

Religião 113, 249, 264, 266, 270, 271, 276, 277, 288

Religiosidade 265, 266, 268, 271, 276

Rito 243, 244, 245, 246, 247, 249, 261, 275

S

Sagrado 245, 249, 251, 255, 257, 261, 262, 273, 274, 275, 276

Sequência 45, 99, 100, 128, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 149

Subjetividade 82, 165, 168, 182

Surdos 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 269

T

Teoria 16, 21, 39, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 71, 72, 81, 82, 85, 88, 93, 96, 149, 150, 152, 155, 162, 165, 169, 171, 198, 205, 207, 208, 209, 211, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 288

U

Universidade 7, 12, 13, 14, 22, 31, 32, 34, 36, 37, 58, 60, 69, 72, 75, 83, 95, 109, 117, 119, 120, 126, 131, 133, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 194, 200, 205, 207, 208, 215, 216, 224, 228, 230, 242, 250, 251, 264, 265, 276, 277, 278, 288

